

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social		Reserva de Capital		Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Reapresentado)	46.944	160	57.914	9.162	3.318					117.498
Dividendos Adicionais Propostos de 2014 (R\$70,68 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	(3.318)				(3.318)
Resultado do Exercício									24.708	24.708
Destinação do resultado proposta à AGO:										
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação.....	-	-	(2.134)	-	-	-	-	2.134	-	-
Constituição de Reserva Legal.....	-	-	-	227	-	-	-	(227)	-	-
Dividendos Intermediários (R\$426,04 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)	(20.000)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$140,91 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	6.615	(6.615)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Reapresentado)	46.944	160	55.780	9.389	6.615					118.888
Dividendos Adicionais Propostos de 2015 (R\$140,91 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	(6.615)				(6.615)
Resultado do Exercício									46.706	46.706
Destinação do resultado proposta à AGO:										
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação.....	-	-	(2.098)	-	-	-	-	2.098	-	-
Dividendos Intermediários (R\$379,94 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(17.836)	(17.836)	(17.836)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$657,66 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	-	30.968	(30.968)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	46.944	160	53.682	9.389	30.968					141.143

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG") e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal ("UHE Rosal").

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guacuí, no Estado do Espírito Santo. O prazo de duração da concessão da exploração dessa usina é de 35 anos, contados a partir de 08 de maio de 1997, data em que o Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 1/97 foi assinado.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guacuí (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ). A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela CEMIG em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 08 de junho de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Concessionárias e Permissonárias;
- Nota 8 – Depreciação;
- Nota 11 – Provisões;
- Nota 15 – Fornecimento Não Faturado – Industrial;
- Nota 18 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 – incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) – altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) – Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) – Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade com as normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

a) Concessionárias e Permissonárias

As contas a receber de concessionárias e permissonárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8.

c) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis.

São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

d) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

g) Receita

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

i) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

2.8. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme as orientações do CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu à alteração no saldo líquido do ativo imobilizado e no saldo da reserva de ajuste de avaliação patrimonial correspondente, em função de alteração na realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial de ativo imobilizado com base no custo atribuído.

Essas alterações não provocaram efeitos no lucro líquido, nas demonstrações de resultados abrangentes e do valor adicionado.

Os efeitos das alterações mencionadas estão apresentados conforme abaixo:

Balanço Patrimonial - Ativo	2015		
	2015	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.082	-	1.082
Títulos e Valores Mobiliários	4.807	-	4.807
Concessionárias e Permissonárias	3.617	-	3.617
Tributos Compensáveis.....	19	-	19
Outros Créditos	882	-	882
TOTAL DO CIRCULANTE	10.407	-	10.407
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	95	-	95
Tributos Compensáveis.....	430	-	430
Depósitos Judiciais	55	-	55
Outros Créditos	340	-	340
Imobilizado	117.861	(2.932)	114.929
Intangível	299	-	299
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	119.080	(2.932)	116.148
ATIVO TOTAL	129.487	(2.932)	126.555

Balanço Patrimonial - Ativo	01/01/2015		
	01/01/2015	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	5.918	-	5.918
Títulos e Valores Mobiliários	15.352	-	15.352
Concessionárias e Permissonárias	4.459	-	4.459
Tributos Compensáveis.....	105	-	105
Outros Créditos	467	-	467
TOTAL DO CIRCULANTE	26.301	-	26.301
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários.....	263	-	263
Tributos Compensáveis.....	253	-	253
Depósitos Judiciais	47	-	47
Imobilizado	122.332	(2.932)	119.400
Intangível	299	-	299
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	120.262	(2.932)	123.194
ATIVO TOTAL	146.563	(2.932)	149.495